

Sr Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Sr Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo.

Em 30 de Setembro de 2002 terminou o crédito bonificado, ou melhor, terminaram as escrituras com direito ao crédito bonificado, pois as autorizações para empréstimos com direito a bonificação, já tinham terminado em 31 de Maio do mesmo ano. Desde Maio que não foi autorizado nenhum empréstimo bonificado, e muitos dos cidadãos que tinham empréstimos autorizados, com entrega de sinal aos construtores, mas que por força da lei não puderam fazer escritura, até ao último dia de Setembro, ficaram sem direito a bonificação. Muitos desses a quem a lei não permitiu que fizessem escritura, e não tiveram capacidade financeira para recorrer ao regime geral, muito provavelmente perderam as verbas já entregues.

Sr Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Sr Presidente Senhora e Senhores Membros do Governo.

Os juros bonificados existiram no nosso País durante cerca de duas décadas e embora tenhamos já passado por várias crises financeiras, nunca algum Governo ousou tomar tal medida.

O seu fim aconteceu com a aprovação do orçamento rectificativo para 2002, tendo como justificação: a necessidade do Governo poupar para

diminuir o défice, o já não se justificar por as taxas de juros serem muito baixas e também porque haveria irregularidades na atribuição de bonificações.

Sobre a influência que o fim das bonificações teve no défice de 2002, já sabemos que foi nulo, o próprio Governo da República o reconhece no relatório do Orçamento do Estado para 2003.

Sobre as descidas das taxas de juros pode dizer-se que, se as taxas desceram, também desceram as comparticipações pagas pelo Estado, dado serem uma percentagem que incide relativamente aquelas.

Sobre as irregularidades na atribuição de bonificações, para resolver essa situação bastaria haver fiscalização e fazer cumprir a lei.

Já várias vezes se disse que o fim do crédito bonificado foi uma injustiça, reconhecida por vários quadrantes políticos, mesmo por militantes dos partidos que apoiam o Governo; a injustiça foi de tal ordem que, para a minimizar, o Governo resolveu acabar com o prazo limite de 30 anos para empréstimos à habitação.

Sabendo-se agora que essa injustiça social não teve influência na diminuição do défice, poderemos, voltar a dizer que foi uma tremenda injustiça, com prejuízos incalculáveis, nos orçamentos familiares das classes mais desfavorecidas.

Provavelmente os que continuam a defender o fim do crédito bonificado, apontam como alternativa, o incentivo ao arrendamento jovem. Sabendo-se que o incentivo ao arrendamento por jovens foi criado há dez anos e sempre foi parceiro do crédito bonificado, destinando-se aos jovens que optavam por não adquirir casa própria - porque não tinham possibilidades financeiras, porque as suas vidas profissionais não lhes permitiam ou mesmo por opção de vida. Este incentivo tem tido uma enorme procura ao longo de todos estes anos. Desde a sua implementação até Julho de 2002, abrangeu cento e vinte mil jovens, num total de vinte e quatro mil e vinte e quatro candidaturas, tendo sido pagos setenta e oito milhões de contos, com um aumento anual em média de 1,2%.

Como referi, muitos jovens têm vindo a recorrer a este incentivo principalmente nas grandes cidades. Nos Açores, os jovens não têm usufruído muito destes apoios. Os naturais têm optado, normalmente, por comprar ou construir a sua própria casa. Os que vêm de fora da Região e se encontram cá de passagem, na maioria das vezes por razões profissionais, são quem em maior número recorre a este incentivo.

Na Região Autónoma dos Açores, tal como nas pequenas Regiões do País, o mercado de arrendamento não está preparado para fazer face às necessidades que já existem e que provavelmente irão aumentar.

O Governo deveria ter preparado o mercado para o arrendamento antes de terminar o crédito bonificado, incentivando os proprietários a recuperarem os seus prédios. As próprias Câmaras Municipais poderiam e deveriam colaborar nesta preparação do mercado, pois são grandes interessadas em que os prédios dos seus concelhos estejam em condições de habitabilidade e segurança.

Existem programas de apoio para reabilitação de imóveis arrendados. Os programas existem, mas normalmente as Câmaras que se candidatam são as dos grandes centros populacionais, não tendo nenhuma Câmara da Região projectos neste sentido. Nas Regiões Autónomas, só o Município do Funchal concorreu ao programa RECRIA. Teria sido por isso importante incentivar primeiro as Câmaras e os senhorios a aproveitarem esses programas, para termos casas em condições de serem arrendadas e os inquilinos poderem recorrer aos apoios do IAJ.

Muitas das casas que se encontram arrendadas, não têm as condições necessárias para que os inquilinos possam beneficiar do incentivo ao arrendamento jovem, pois por vezes umas não têm licença de utilização passada há menos de oito anos como obriga a lei do arrendamento urbano e outras não têm contrato escrito com o respectivo registo nas Repartições de Finanças.

Sr Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Sr Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo.

Em 12 de Agosto último, o Sr. Secretário de Estado da Juventude, aquando da sua visita a Faro para as comemorações do dia Mundial da Juventude, informou os órgãos de Comunicação Social que o Governo, reconhecendo que o fim do crédito bonificado tinha trazido “algumas dificuldades aos jovens” se preparava para alterar os incentivos ao arrendamento.

No dia treze do mesmo mês, quase todos os órgãos de comunicação social escrita, se referiam à grande notícia, (mesmo os da Região) com títulos muito sugestivos: “Governo vai alargar acesso de jovens a subsídios de renda”; “Jovens apoiados nas rendas”; “Ordem para arrendar”; “Dia Mundial da Juventude: subsídios para arrendar casa” e notícias muito esclarecedoras das alterações a introduzir:

“Vamos alterar o âmbito desses incentivos; vamos alargar os prazos; vamos aumentar a comparticipação no pagamento de rendas; vamos aumentar o período de tempo em que é possível o apoio do Estado; vamos aumentar o acesso a uma faixa etária superior; vamos alterá-lo de forma significativa, para ir ao encontro das expectativas dos Jovens.”

Segundo o Senhor Secretário de Estado, as medidas que o Governo então se preparava para implementar iriam melhorar o programa de

incentivos nas rendas, e os jovens portugueses seriam assim compensados pelas tais “algumas” dificuldades, que o fim do crédito bonificado tinha trazido; ainda segundo o mesmo, este aumento nos incentivos permitiria reduzir a taxa de esforço financeiro deste grupo etário. E para que não lhe fizessem muitas perguntas, foi rapidamente informando que os pormenores sobre o novo programa de incentivos só em Setembro se saberiam, e o Secretário de Estado da Habitação, complementava que “o incentivo ao arrendamento é apenas uma componente num vasto programa para o sector da habitação”.

Na altura a oposição desvalorizava essas intenções, sublinhando que o Governo não sabia o que fazer para minimizar os efeitos do fim do crédito bonificado. A Líder da Juventude Socialista afirmava “o Governo tenta ludibriar os eleitores” e “esse anuncio só aparece porque a Juventude Socialista está a promover a recolha de assinaturas para a reposição do crédito bonificado” chamando também a atenção para o facto de o fim das bonificações não prejudicar só os jovens, mas também todos os agregados familiares com fracos rendimentos.

Nessa altura o Governo dava a entender que tinha retirado as bonificações às famílias carenciadas, para poupar dinheiro. Mas dava também a atender que se preparava para até Setembro aumentar os apoios aos incentivos de renda.

Passou-se o mês de Setembro que traria os tais pormenores, chegou-se ao fim de 2002, estamos em Janeiro de 2003, e das promessas feitas em Agosto não existem novidades.

Tinham prometido aumentar o valor do apoio - em Agosto era até um máximo de 250 euros, hoje continuam os mesmos 250; prometeram alargar o acesso a uma faixa etária superior - em Agosto tinha como limite os trinta anos, hoje mantêm-se os mesmos trinta; prometeram aumentar o período de tempo em que é possível manter o apoio do estado - em Agosto tinha o prazo máximo de cinco anos, hoje mantêm-se os mesmos cinco anos.

E a tal redução da taxa de esforço financeiro dos jovens que o Senhor Secretário de Estado da Juventude anunciava, reverteu a favor do Governo. As verbas disponíveis para o IAJ no Orçamento para 2003, sofreram uma redução de 11% em relação ao ano anterior, pois se em 2002 foram utilizados 62,5 milhões de euros neste programa, para o ano de 2003 o Governo inscreveu no Orçamento de Estado apenas 55,6 milhões de euros. Voltamos assim a valores comparados aos do ano de 1998.

Mais uma vez se comprova que quando este Governo da República diz que vai dar, o mais certo é que alguma coisa vai tirar.



Disse

Horta, Janeiro de 2003